

É preciso preparar a «inocência» dos «inocentes» e a impunidade dos culpados!

O «Século» atacado de fobia policial pede, em altos gritos, um militar «salvador da pátria», à frente das investigações — A guilhotina o dr. Pinto de Magalhães! — É proibido desconfiar dos «homens de bem»... — O Banco de Portugal fábrica de papel falso?

A campanha e o noticiário sobre o caso das notas começam a fortalecer na maioria dos jornais. Já não se ataca a fundo o assunto, navega-se à superfície com uns botõesinhos adrede preparados e ornamentados para entreter o público, o que é uma forma de ludibrio. A outra consiste em entrete-lo com porquinhos iniciais que nada esclarecem e em desorientá-lo com frases fantásticas e contraditórias. O plano vai-se executando em firmeza e dentro em pouco o noticiário dos jornais reduz-se a uma dúzia ou uma dúzia e meia de linhas atiradas para o canto da 2.ª ou 3.ª página e encimadas por uns títulos suficientemente banais e inexpressivos para não atraírem a atenção dos leitores.

Só o «Século» nesta política de complicitades jornalísticas se revela a ir mais longe, o que não admira, sabendo-se que a dita possui os homens das «forças vivas» por estarem conhecidos de que têm o país no cofre — e temos de confessar que o se enganam. O colossallapsum da antiga rua Formosa, cuja rua recorda a «Corneia do Diabo» duma novela de Eça de Queiroz, com o Palma Cavalão Pereira da Rosa e o Palmilha valicoque Trindade Coelho, atira-se desvairado pelo ódio ao Pinto de Magalhães — «porquê» — e impiedosamente acusando de estar falho de lucidez e de levar a sua alucinação até ao ponto de ainda suspeitar de uma chumva de homens de bem que não estão na cadeia porque o Bezerra de Oiro ainda não foi stronado do seu incontestável predomínio...

Bayard português «sans peur e sans reproche»...

A chantage exercida por Pereira da Rosa na assembleia dos comunistas do Banco de Portugal, invocando a ária da confissão de Alves dos Reis para os levar a sancionar a impunidade de dos Camachos e Camachinhos, completa-se com o ataque do dr. Pinto de Magalhães. O «Século» não quer que este homem seja à frente das investigações, nem mais um dia. Venha outro, venha outro que não seja da polícia, venha um homem que não desconfie dos «homens honrados», um que só desconfie e persiga os bandidos — bandidos quer dizer homens que não

sejam bem das «forças vivas» visto que estes possuem o monopólio da honestidade...

Porque será esta súbita fobia que o «Século» começa a nutrir pela polícia? Estará aquele reaccionarismo jornalístico de anti-militarismo? Puro engano. O «Século» está até atacado duma militaridade aguda, e suplica, implora, exige em todos os tons, desde os mais comoventes aos mais indignados, que o dr. Pinto de Magalhães seja sem demora substituído por um militar. E, se lhe fizerem a vontade, o «Século» enquanto o diabo esfrega os olhos abre o cofre das «forças vivas» e tira de lá uma espada.

Quem será o «puro», o «integérrimo», o «patriota» fardado que o «Século» quer à frente das investigações? Não pode, nem deve ser senão o sr. Filomeno da Câmara. Esse sim, que é um homem honrado... e fardado, incapaz de desconfiar de «homens honrados» mesmo à paisana. Esse sim, que é herói cívico da Rotunda, o mártir da Pátria, o homem impoluto, o campeão da moral, o Bayard português, sans peur e sans reproche, que há-de salvar tudo isto condenando o crime a degredo perpétuo na Guiné e erguendo numa praça pública um monumento à virtude.

O sr. Filomeno da Câmara merece à estima das «forças vivas». O simpático director da Companhia do Amboim, da famosa Companhia do Amboim — que foi iniciada pelas notas do Angola e Metrópole; tem toda a autoridade moral para estar à frente das investigações. A Companhia a que ele está ligado por ordenados e interesses atafalhou-se de notas do Angola e o sr. Filomeno da Câmara está tão isento deste famoso escândalo como os passarinhos do Camões... Foi pensando na lama de que se compõem certos homens de bem que um escritor escreve, num desabafo sincero: «não sou bastante corrompido para ser um moralista».

Segundo o «Século» o imaculadíssimo sr. Filomeno da Câmara não está nos casos que aponta o escritor citado.

Ódio velho não cansa...

O ódio das «forças vivas» ao dr. Pinto de Magalhães é antigo, vem do tempo em que este julgava os comerciantes abran-

dos pelo de creto dos lucros ilícitos. Nesse tempo já ele não continha as «forças vivas» que conseguiram, devido à sua invencível influência, destituir, torná-lo inofensivo. E' que nesse tempo ele também tinha a pecha de desconfiar dos «homens honrados», e mantinha, com a consciência de provas seguras e infosmáveis, que eles eram, à face das leis burguesas, ladrões de alto coturno. Agora também não convém, porque ele se atreve a suspeitar de homens honrados, dos Camachos (Inocentes) chegando a pôr-lhes a mão no pescoço.

Entendamo-nos! Nós não estamos a fazer a defesa do dr. Pinto de Magalhães, nem nos cabe a defesa de pessoas que estão resolutamente do lado de lá. E queremos até aceitar que não achamos lógica a sua atitude. Quando da sindicância aos Transportes Marítimos aquele juiz chegou a conclusões verdadeiras sobre os roubos que lá se praticaram. Não teve a menor hesitação em apontar na sindicância os nomes de políticos e de altas personalidades que, no seu entender, deviam ingressar na Penitenciária. O resultado foi afastarem-na da sindicância. E o sr. Magalhães calou-se. Quando dos lucros ilícitos também acabaram por o afastar.

E o sr. Magalhães emudeceu. Agora, nesta questão, dão-no primeiro por dóido, proclamam a seguir a sua lucidez, o governo restitui-lhe a sua confiança, porque retirá-la seria um escândalo que bradaria aos céus, e o sr. Pinto de Magalhães torna-se mudo e impetrável como uma esfinge egípcia. Porque não quebra as algemas, não arranca a mordaca e não se dispõe a sair da sua mudez que salva os culpados? Não toma essa atitude, simplesmente, porque é um homem do lado de lá. E, contudo, se falasse, as suas declarações equivaleriam a uma pedra que se arremessa a um charco: a superfície calma do charco desapareceria e a lama e o lodo esparrinhariam sobre muitas «inocências» e sobre muitos «inocentes».

O dr. Pinto de Magalhães tem na mão, há muito tempo, o fio da meada. Sabe tudo, absolutamente tudo, e como o japonês ouve, retém mas não fala. As investigações são uma invenção — que ninguém acreditaria. Está tudo investigado, só resta agora descobrir a maneira de salvar os culpados. É preciso afastar o dr. Pinto de Magalhães porque este não desiste de manter tudo

quanto averiguou. A imprensa mercenária vai-lhe dando bordoadas de cego, vai malhando nele como em canteiro verde.

Arvoraram-no em boneco de pim pam pum e qualquer dia uma bola mais certa deita-o abaixo de vez. E como aconteceu com a sindicância dos Transportes Marítimos, com a questão dos lucros ilícitos afastam-no, e ele segue o mesmo processo: cala-se. Falta-lhe a coragem de afirmar, que era atribuído de Gallien, aquela coragem de afirmar que só tardamente possuiu o Teodorico da Reliquia.

Uma pergunta audaciosa ou uma verdade esmagadora?

«Água mole em pedra dura tanto dá até que fura». E' por conhecermos a verdade que encerra este ditado popular que voltamos a insistir na prontidão com que o Banco de Portugal se decidiu a fazer a troca das notas de 500 escudos. Não é extranho que o Banco tivesse em depósito uma tão grande quantidade de notas, pois já se afirmou, e ainda não foi desmentido, que andaram em circulação 200.000 contos em notas de 500 escudos? E' um banco nunca costumava ter todo o seu capital em cofre. Se tal fizesse a imobilização a que condenava o seu capital mata-va-o, liquidava-o em pouco tempo.

Sabe-se perfeitamente que o capital destes estabelecimentos anda quase todo em giro, empregado em diversos negócios e até em propriedades. Por isso mesmo estranhámos que o Banco de Portugal, a pesar de ser um Banco «missor estivesse habilitado a trocar uma tão elevada quantia em notas de 500 escudos. E a nossa estranheza radica-se ainda mais, transforma-se em descon-fiança, ao sabermos que a troca de notas de 500 escudos se fez com notas de 1.000 novinhas em folha.

De conclusão em conclusão somos levados a perguntar: Não se disse que o grupo que o público conhece chefiado por Alves dos Reis ia lançar em circulação notas de 1.000 escudos? Disse-se, é claro. E agora lançamos desasombradamente esta interrogação capital:

Essas notas seriam as mesmas que Alves dos Reis preme-ditava pôr em circulação? Que resposta a esta pergunta quem consiga demonstrar-nos que ela não passa duma audaciosa interrogação. Não temos, porém, nisso a menor esperança...

ANTE O NEVOIRO...

A Rússia decai para as direitas?

Os debates e as resoluções do último congresso comunista reflectiram o afastamento das fórmulas socialistas

No dia 18 de Dezembro último iniciaram-se as sessões do Congresso Comunista Russo. Veio ele pôr em foco uma renhida divergência entre as grandes figuras do bolchevismo, destacando-se da polémica o sr. Staline, secretário geral do partido, e o sr. Zinovieff, que dirige a III Internacional.

O primeiro saiu vitorioso, o segundo ficou derrotado, após vivos debates, mas a luta não foi decisiva e prosseguirá no seio da política russa. Eis o que podemos dizer agora, sem receio do menor erro de informação. Nada mais podemos, porém, precisar, porque a confusão, na Rússia longínqua, é ainda tal que do Ocidente ninguém pode adivinhar mais do que hipóteses. A Rússia tornou-se, pois, aquele ponto de interrogação que os ocidentais várias vezes têm inutilmente procurado perscrutar.

Vejam-se, nas páginas informações vindas de Moscovo, denunciadoras do estado de espírito caótico que perdurou no congresso há pouco reunido, poderemos encontrar uma resposta, embora vaga, embora imprecisa, às perguntas desencontradas que o nosso raciocínio vem formulando.

A nova política económica ameaça o regime socialista da Rússia. Ao iniciar-se o congresso, estabeleceu-se uma viva discussão entre as delegações de Leningrado e de Moscovo. E então começaram meditando-se furiosamente os dois maiores adversários. A atmosfera do congresso mostrou-se logo hostil para com Zinovieff, o homem da «revolução mundial», e bastante favorável para com Staline, o homem que não quer esperar o auxílio do proletariado internacional para assegurar na Rússia o estabelecimento de um novo regime social e económico. Os debates foram bastante violentos e continuamente cortados por tumultuosas interrupções.

Zinovieff formulou asperas censuras à nova política económica, negando-lhe toda a capacidade positiva para conseguir o resurgimento económico da Rússia. Além disso, declarou, esta política tem o perigo de inutilizar todas as tentativas que visem a implantar definitivamente a forma socialista da economia. Moscovo foi pelo chefe da III Internacional acusada de prejudicar o partido com as largas concessões feitas aos camponeses, adormecendo com transigências a vigilância revolucionária. Os camponeses, têm um grande papel a desempenhar, mas, longe de o compreender, a nova política económica vai favorecer a criação e prosperidade de uma burguesia rural.

Zinovieff sublinhou ainda a necessidade de se desenvolver as forças produtoras do campo, mas acatando-se da força que os camponeses ricos procuram manejar, em seu proveito, nas novas relações económicas. Por fim, exigiu que o congresso se reunisse em Leningrado, por ser esta a cidade dos «puros» bolchevistas.

Estabilização temporária do capitalismo para defesa económica. Contra Zinovieff se insurgiu além de outros, o sr. Boukharine, que defendeu energeticamente o critério de que o comunismo bem se pode realizar num só país e sem a ajuda dos outros países. afirmou que a nova política económica da Rússia é uma excelente manobra estratégica para «edificar» o socialismo, tal como o idealizou Lenine. Expressou a opinião de que as concessões feitas não representam o estabelecimento do capitalismo do Estado, mas baseiam-se na socialização dos meios de produção. Capitalismo de Estado só se pode formar em

face das concessões feitas aos capitalistas estrangeiros.

Staline achou de boa e frutífera política a temporária estabilização do capitalismo, em qualquer das suas formas, para assim se assegurar o desenvolvimento económico da Rússia. Considerou necessárias as concessões feitas à agricultura e ao capitalismo estrangeiro, em virtude das dificuldades económicas que a Rússia, como todos os países, vem atravessando desde a guerra. Não via nenhum perigo no reforço dos camponeses ricos, os quais poderão ser os maiores contribuintes do Estado.

O sr. Staline, depois, considerou um exagero a pretensão do sr. Zinovieff, que quer a incorporação de 90 por cento dos operários, a fim de purificar o partido da atecção que lhe fazem os camponeses ricos. O sr. Staline preferia a qualidade à quantidade e alegou que a admissão de operários não convertidos ao comunismo se torna perigosa para a vida do partido. afirmou também que a luta de classes na vida agrícola viria restabelecer a política militar do comunismo, seguida outrora pelo sr. Trotsky, hoje «felizmente» derrotado, a qual era profundamente contrária ao pensamento de Lenine. Assim como se venceu Trotsky se vencerá Zinovieff — exclamou finalmente entre aplausos. Notou-se, durante os debates, que o sr. Trotsky manifestasse desinteresse, consagrando-se, pelo menos aparentemente, às questões de produção...

As resoluções do congresso vêm garantir a marcha regressiva do sovietismo?

Após três dias de longos e agitados debates, desenhou-se a vitória do sr. Staline. A maioria foi esmagadora, ao que dizem os comunistas, contra a facção do sr. Zinovieff, que obteve 65 votos contra 552 que Staline conseguiu.

A política seguida pelo comité central do partido foi aprovada, considerando-se que ela garante a consolidação da situação internacional da Rússia e o restabelecimento da sua economia afectada pelo socialismo.

Assim, o congresso decidiu relevar as faltas cometidas nos serviços de aprovisionamento e que é necessário equilibrar a balança comercial para se consolidar a moeda e facilitar a importação de que a Rússia precisa. A política exterior, que se tem caracterizado por uma inspiração nacionalista foi igualmente aprovada pelo congresso, que também advogou a intensificação do poder militar.

Categoricamente foi repelida a afirmação de falta de fé na edificação socialista de um país soviético fundado na indústria do Estado e na colaboração dos camponeses ricos e meio-ricos, mas limitando as suas aspirações e veleidades de exploração. Foi determinado o alargamento dos arrendamentos das terras e o emprego da mão-de-obra assalariada para o fomento agrícola. Ao mesmo tempo, o congresso recomendou a máxima precaução contra uma exagerada política de expansão do partido, cujo ingresso de elementos semi-proletários foi declarada interdita.

Finalmente, o congresso, aprovando a política do comité central, fez sentir a necessidade de energias providências para liquidar definitivamente as dissensões internas e assegurar ao «partido» a direcção única e colectiva do comunismo.

Esta última resolução é a mais expressiva da derrota de Zinovieff e da sua facção, que ficam reduzidas ao silêncio e sujeitas às piores sanções se, como tudo indica, persistirem na luta. Triunfou Staline, o homem das direitas — pelo que a Rússia prosseguirá no seu regresso às fórmulas dos estados capitalistas...

O trágico ano que findou sucede-se-lhe um ano não menos sombrio

O ano de 1925 declinou há poucas horas. Vai suceder-se-lhe 1926 que não será melhor do que aquele. 1925 foi um ano pleno de vicissitudes para o movimento operário. Quando há um ano assinalámos o seu aparecimento formámos logo o prognóstico. Duma pavorosa crise e trabalho que então se vivia não avia a esperar um risonho futuro.

assim foi. A crise de trabalho é hoje tão grave como era há um ano. A crise de trabalho, em algumas indústrias, é muito pior hoje do que quando alvoreceu 1925. Centenas e operários para não sobressarem os rigores da fome tiveram que recorrer um outro meio de vida, veram que lançar mão de alguns trabalhos em profissões a que não tinham dado aprendizagem, tiveram que adaptar-se a trabalhos para que não tinham vocação. Mas a miséria não os obrigava, e não houve renédo senão marchar resolutamente a demanda de novos mistérios.

Logo num dos primeiros meses deste pobre 1925, uma grande parada de famintos, pelas ruas de Lisboa em fortes alaridos gritou toda a sua desdita, proclamou clamorosamente a sua fome, toda a tragédia que lhe ia no fundo da alma. A essas doas sedentas, a esses quasi-cadáveres respondeu-se-lhes com as patas dos cavalos da guarda republicana, respondeu-se-lhes com os sabres da polícia cittadina.

No Parlamento esse grido de morte também não foi pressentido, não foi sequer ouvido. E 1925 galvava vertiginosamente, numa cavaldade macabra onde pouca gente se alvava.

Os governos sucediam-se uns aos outros até que ascendeu o de Vito-rino Guimarães. Se os outros não se reocuparam com o problema, este nem sequer conhecia a sua existência. Conhecia apenas que havia alguns elementos operários que perturbavam a digestão de muitos burgueses. Esses mesmos elementos que judaram a derrubar a intenção militar de 48 de Abril. Convinha inutilizar estes irreverentes, era mister ufocar a voz destes avançados. E, uma madrugada, quando Abril estava no ocaso, deportou-os para An-tra do Heroísmo.

Surgiu para o movimento operário uma nova era, uma nova era de glitgação para fazer derruir a tirânica pedida. Ainda ela mal se tinha iniciado, uns indivíduos feriram o comandante da polícia o que deu margem a nova repressão da polícia. Nova leva se efectua, esta agora precedida do assassinio de dois dos presos. Ressurgiu em toda a hedonidade a barbara leva da morte que desacreditou o consulado sidonista e foi a principal causa da sua morte.

Desde esse trágico momento até à data não voltou o sossego à organização operária que denodadamente vem reclamando o regresso dos deportados, que vem reclamando a legalização da situação dos presos que durante sete meses permaneceram nas esquadras e que há dias foram removidos para a cadeia do Monsanto.

Em matéria de liberdade e de desafago na situação do operariado, como vêem, não podia ser mais li-songeiro o ano que terminou...

Dois grandes acontecimentos, em que a Confederação Geral do Trabalho teve interferência, tiveram realização em 1925. Destacaremos o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, realizado em Amsterdão. Pela primeira vez o operariado português esteve directamente representado numa manifestação internacional. Das responsabilidades contraídas com esse gesto falaram as desenvoltas reportagens que fizemos desse Congresso.

O segundo acontecimento, não menos importante, realizou-se em Santarém e foi designado por Congresso Confederal. Nele os organismos operários marcaram a orientação que a C. G. T. portuguesa deve seguir, quanto à política operária do nosso país. Manifestação a todos os títulos importantes, marcou num período de feroz perseguição, a vitalidade da organização operária.

Legou-nos ainda 1925 um facto bastante doloroso a que vamos fazer menção, ao epilogo este balanço. É ele a saída da C. G. T. de alguns organismos operários que se não conformavam com a sua orientação, quando mais convinha não dispersar as poucas forças existentes. Por muito fortes que fossem as razões daqueles organismos em bom critério sindical não é lógica a sua retirada, como lógico não é qualquer gesto que contribua para enfraquecer a organização operária.

Todos estes legados de 1925: crise de trabalho, deportações e afastamento de varios organismos operários habilitam a supor que 1926 não será melhor do que o ano que se finou.

Atitude simpática

Assim como não hesitámos um momento em censurar asperamente os actos do patronato quando eles lesam os direitos dos trabalhadores, também somos os primeiros a louvá-los quando assume atitudes simpáticas.

A casa Parry & Sons é merecedora, neste momento da nossa simpatia. Tendo-se dado há dias um desastre nas suas oficinas que vitimou Alberto Correia, a casa Parry & Sons mandou encerrar a fábrica, pagando o dia ao seu pessoal, para que se incorporasse no funeral do desditoso operário.

Notas & Comentários

Guardado está o bocado

A burla que gerou o Banco de Angola e Metrópole não aproveitou apenas aos Bandeiras, Alves dos Reis e Marangos. Há quem, muito quietinho, esteja gosando as consequências do escândalo; há quem neste momento esfregue as mãos de contentamento. É o Banco Ultramarino. Este, tão ou mais falso do que o Angola e Metrópole, vai-se livre dum inimigo perigoso. Agora já o Angola e Metrópole não lhe faz sombra em Africa. Agora já passa à vontade, sem que ninguém o incomode, as notas falsas que estampa com autorização do Estado. Enquanto em torno do Angola e Metrópole se faz um ruído de ensurdecer, o Ultramarino vai fazendo silenciosamente o seu negócio...

Saúdações

Da Direcção da Albergaria de Lisboa e do Conselho Administrativo da Universidade Livre recebemos saúdações muito calvantes e o augúrio de um novo ano próspero. Sensibilizados e reconhecidos, agradecemos e retribuimos as saúdações, augurando também que a primeira instituição prospere a-fim de minorar as agruras aos desgraçados que acolhe e que a segunda possa alargar a sua esfera de acção educativa, contribuindo para o apressamento da dama era em que os réprobos não tenham que sujeitar-se às afrontosas migalhas duma filantropia especulativa, falsa e calandada.

Todos o mesmo

Não se chama o Século, dirigido pelo sr. Trindade Coelho, de afirmar que Nuno Simões e Pinto de Lima são uns patifes que andam sempre envolvidos em negócios tenebrosos. Não nos custa acreditar que realmente o Século tenha razão. Mas não esqueçamos que o sr. Trindade Coelho andou de braço dado com Nuno Simões, não esqueçamos tampouco que o sr. Trindade Coelho visitava assiduamente o sr. Pinto de Lima a fim de consultá-lo sobre questões financeiras. Nuno Simões é um bandido? Seria. Mas o sr. Trindade Coelho, quando Nuno Simões foi à Africa tratar dos tais negócios escuros que defendia na Pátria, ficou dirigindo este jornal — o que indica que estava ao facto dessas negociações porcas de que hoje tanto se enoja.

Solidariedade

No momento em que um novo ano se inicia não podemos deixar de dirigir o nosso pensamento de solidariedade para o proletariado internacional. Recordamos as suas misérias e sofrimentos que talvez se prolonguem durante o novo ano. Recordamos as lutas renhidas na China, início do despertar dum povo há muito adormecido; as perseguições na Bulgária que atingem o máximo na crueldade; a luta do povo rifeno contra o invasor francês e espanhol; o sofrimento do operariado do país vizinho e do italiano sob a pata esmagadora das ditaduras de Rivera e de Mussolini; as vítimas do terrorismo na Roménia e em Cuba; os que tombaram sob a reacção conservadora no Brasil. Para todos as vítimas e para todos os anelos de liberdade vai neste momento, com a esperança em melhores dias, o nosso pensamento de solidariedade.

A Itália e as dividas de guerra

ROMA, 31.—O sr. Mussolini declarou em conselho de ministros que a sua recente entrevista em Rapallo com o sr. Chamberlain, foi da maior oportunidade e utilidade em vista das próximas negociações italo-britânicas para a consolidação das dividas de guerra.

Comunistas condenados por delito de propaganda anarquista...

A polícia francesa parece andar empenhada em intrigar anarquistas e comunistas, já entre si tão discordantes... O secretário geral do partido comunista, sr. Pierre Semard, — que esteve em Lisboa, por ocasião do congresso ferroviário — e o sr. René Bellanger, editor da Humanité, órgão da aquele partido, foram ultimamente condenados por delito de propaganda anarquista!

A pirraça, porém, nasceu de uns artigos publicados na Humanité, que a justiça considerou incitativos à greve geral. Os comunistas deram sorte, pelo que mostra esta apóstrofe do órgão comunista:

«Manejos anarquistas o apelo à greve geral, seguido por centenas de milhares de trabalhadores! Manejo anarquista, a inscrição da palavra Fraternidade na cabeça do nosso jornal, quando esta palavra se lê igualmente em todos os frontões republicanos!» Os tribunais, contudo, entenderam que uma acção subversiva só pode partir de anarquistas, clássicos inimigos da autoridade e da ordem pública — e condenou os dois conhecidos militantes comunistas a oito meses de prisão e mil francos (cerca de mil escudos) de multa. Ante a iniqua sentença, francamente, só temos alma para aconselhar cuidado com as imitações...

O pacifismo da França sobre Marrocos...

PARIS, 31.—Na câmara dos deputados travou-se um grande debate sobre as despesas militares de Marrocos.

O sr. Briand, longamente aplaudido pelos deputados, afirmou a vontade pacífica da França e explicou as razões que levaram o governo a não se pôr em contacto com o capitão britânico Gordon Canning, emissário oficioso de Abd-el-Krim, vindo a França para tentar uma chantage inadmissível.

O chefe do governo concluiu: «Se o Rif quer entabular negociações de paz deve enviar plenipotenciários».

O sr. Painlevé comunicou à câmara qual a situação em Marrocos, onde graças à valentia das tropas francesas que guarnecem toda a linha de batalha, Abd-el-Krim se encontra desmoralizado.

Os contingentes indígenas podem presentemente limitar a sua acção a um papel de polícia.

A câmara aplaudiu com fervor as declarações do presidente do conselho e do ministro da guerra, votando por mãos levantadas, sem a mínima oposição, os créditos pedidos para Marrocos.

«A Batalha»

Por ser hoje feriado para o pessoal de «A Batalha» não se publica amanhã o nosso jornal, encontrando-se os nossos escritórios e oficinas fechados.

Os desastres da aviação

PARIS, 31.—Num acidente provocado pelo temporal, morreu ontem no aeródromo de Villacoublay o chefe de pilotos Raveux.

O temporal em Paris

PARIS, 31.—A tempestade que continua passando sobre toda a França tem provocado inúmeras inundações, achando-se Paris ameaçada pelas cheias.

TIVOLI

Telefone 21 5474

A's 8 3/4

O ARPAO

Film de emoção e aventuras,
em oito partes

Paris que dorme

Fantasia, em cinco partes

O PAPA

Desenhos animados

Uma cine-farça com PENGUINO

HOJE - "Matinée" às 3 horas

Coliseu dos Recreios

Últimos dias de espectáculo da

Grande Companhia de Circo

HOJE às 14 e meia HOJE

MATINEE

O melhor espectáculo do Rio Rom

As 21 horas - EMPOLGANTE RÊCITA

com um programa de sensações

OTAGO BILL - TIGRES REAIS

e o colossal e gigantesco

ELEFANTE

SEGUNDA-FEIRA

Estreia do emocionante film

As duas órfãs

O EX-CONSUL DE BOSTON

RESTABELECE-SE
A VERDADEacôrda do procedimento do sr. Eduardo
de Carvalho e explicam-se as razões que
determinaram uma atitude

A Batalha publicou há meses, precedendo uma representação do Grémio Independente Pró-Pátria, umas referências pouco lisonjeiras para o sr. Eduardo de Carvalho, cônsul que foi de Portugal em Boston. Dias depois, confiando do mesmo modo num artigo do jornal *O Popular* que se publica em New Bedford, fez uma pequena transcrição daquele jornal, em reforço do que já tinha publicado. Os meses passaram e o facto tornou-se conhecido da numerosa colónia portuguesa residente em New Bedford, que, não conformada com as acusações feitas ao sr. Eduardo de Carvalho, se manifestou indignadamente contra elas. Foi-nos então enviado um telegrama nesse sentido, mas tão lacónico que pouca luz fazia sobre o caso. Algumas cartas também nos foram dirigidas e todas elas juntas não davam matéria suficiente para um desmentido rigoroso. Resolvemos aguardar a chegada duma melhor fonte, pois era nosso desejo desagrar um homem que involuntariamente tinha sido ferido por nós. Essa fonte não se fez esperar. Chegou ontem mesmo. Deputou-se-nos no jornal *A Luta* que se publica em Fall River e consta dum apelo «Aos liberais portugueses da Nova Inglaterra» dirigido pelo secretário geral da J. A. L. P., Alves Guerra, em forma de artigo. Resolvemos logo fazer uma transcrição dos principais períodos do referido apelo e que são os que vão ler-se:

Cidadãos: A famosa quadrilha de bandidos que da péla firma de Fandango Larvado, Frade & C., a sôlda da reacção clerical, queimou há pouco os últimos cartuchos, lançando mão da maior infâmia de todos os tempos para afetar fama das suas almas abjectas ao rosto dos trabalhadores portugueses de New Bedford.

O Fandango, com aquele seu espírito baixo, espírito miseravelmente reles que o tornou filho querido da Seita Negra, modelou e mandou escrever aos seus infames cúmplices uma espécie de representação, dirigida ao Presidente da República Portuguesa e firmada por um Grémio Independente «Pro-Pátria», que não existe, e não ser na criminosa imaginação dos supracitados devassos e vigaristas. E essa pseudo representação foi levada por um seu emissário, que de regresso a Lisboa e foi por sua vez impingida ao jornal *A Batalha*, ao jornal dos trabalhadores nossos irmãos, para que mais fortemente nelles passasse e depois aniquilasse o êxito da candidatura do Livre-Pensador Eduardo de Carvalho.

A Batalha publicou a representação aludida. A Batalha, que alberga em seu seio homens a quem os proletários muito devem; A Batalha foi—não podia deixar de ser—infamemente ludibriada pelo pífio estateta que tão miseravelmente abusou da amável hospitalidade que os portugueses de New Bedford lhe concederam.

Essa representação contém matéria de tal modo insultante para o cônsul Carvalho, que não há homem de bem, por mais prudente que seja, que consiga lê-la com serenidade até ao fim.

Diz esse monturo de excremento arrancado das estanhadas faces dos biltres, entre outras calúnias, que Eduardo de Carvalho, enquanto cônsul de Portugal em Boston, praticou consideráveis roubos, de lapidou os cofres públicos, cometeu toda a casta de crimes, e, por fim, prejudicou gravemente os trabalhadores portugueses da Nova Inglaterra.

Nós temos a convicção profunda, inabalável, de que não há aí um único trabalhador, nosso camarada, que confirme semelhante infâmia.

Onde estão as provas dos crimes cometidos por Eduardo de Carvalho? Em que o cônsul Carvalho prejudicou os trabalhadores portugueses?

Na elevada propaganda que fez de Portugal, da República e do Livre Pensamento?

Na activa campanha que iniciou contra a naturalização?

Na activa campanha que iniciou contra a naturalização?

Nesse trabalho simplesmente gigantesco da Obra Portuguesa com o qual as nossas doutrinas não concordam, mas que não podemos deixar de considerar admirável?

Nas recomendações que fazia constantemente aos consules seus subordinados, aconselhando-os a que apicassem os preços da tabela consular, com o maior cuidado, reduzindo-os tanto quanto o permitisse a lei?

Por ser o único cônsul que até hoje visi-

Teatro Maria Vitória

Telefone Norte 3843

Duas sessões A's 8 1/2 e 11 1/2

TRIUNFO COLOSSAL

A mais engraçada, luxuosa e admirável

revista de todos os tempos

FOOT-BALL

Organizada permanente com o hilarante quadro

Banco dos Réus, L. da

Irresistíveis charges políticas

O FERRO-VELHO—O ELEITOR

O JORCA

Desopilantes episódios

As duas elegantes—As palavras cruzadas

O quadro triunfante

TEATRO PIRANDÉRICO

Belos números populares

A mulher do camarão—A flor do luxo

e a flor da lama e os Dois garotos

Tantissimas destimbradoras

Os cavalos—A flor do Japão

AS ROSAS

que o público canta todas as noites

entusiasmamente

Emocionante desfile dos

Clubes de Foot-Ball de Lisboa

2 apoteoses arrebatadoras 2

Notável desempenho de Lina Demol, Mariense

Luz, Carlos Real, Alfredo Ruas, Santos Carvalho

e Alberto Olina

A SOMBRA DA PÁTRIA

Formidável êxito artístico de Mariense Luz

GRAÇA! FANTASIA! RIQUEZA!

Todas as noites

Foot-Ball

A SEVERA

A interessante peça do escritor

JÚLIO DANTAS

dá hoje, amanhã e domingo

as suas últimas récitas

NO

TEATRO NACIONAL

PROTAGONISTA

ESTER LEÃO

NOS OUTROS PAPEIS:

Maria Pia, António Pinheiro,

Luís Pinto, Albertina de Oliveira,

Ribeiro Lopes

e

Joaquim de Oliveira

MISE-EN-SCENE, ENSCENAÇÃO E MARCAÇÃO

DE

ANTÓNIO PINHEIRO

RUIDOSO SUCESSO

ADMIRAVEL CONJUNTO

Teatro:

Gimnásio

Tel. Central 2814

às 9 1/4

HOJE E AMANHÃ

A VIDA E DOÇURA

Protagonista

Palmira Bastos

Domingo

4.º concerto sob a regência do

MAESTRO FÃO

TEATRO APOLO

Hoje e amanhã

o expressivo drama

A TABERNA

Admirável criação de ALVES DA CUNHA

no ALCÓOLICO COPEAU

Êxito ruidoso

A G. H. R. dona das nossas vidas?

Relatámos há dias a covarde agressão de

que foi vítima por um guarda republicano

a sr.ª Deolinda Rodrigues Ventura. Acontece

agora que o guarda republicano que a

agrediu, acompanhado pelo seu colega que

presenciou a selvática proeza, anda

constantemente rondando-lhe a casa, pro-

vocando-a e ameaçando-a.

O marido da sr.ª Deolinda, que ficou

doente e está atemorizado com estas amea-

ças, foi queixar-se ao comando da G. N. R.,

mas lá não lhe ligaram importância, tendo-

a despedido com o conselho de que

formulara a sua reclamação por escrito.

A vizinhança está também sobressaltada

com as ameaças dos dois soldados.

O comando da G. N. R. pode, com a sua

indiferença pela vida do próximo, ocasionar

uma tragédia. Mas parece que ali não

há

A BATALHA

"A Batalha" faz votos para durante o ano que hoje se inicia o proletariado saiba conquistar as regalias a que tem jus.



REFRESCANDO...

Provas experimentais da possibilidade do regime sindical Objeções que se pulverizam

As objeções apresentadas para provar que é impossível suprimir as três formas económicas que caracterizam as sociedades actuais não têm absolutamente nenhum valor e são até ridículas; só revelam a completa ignorância dos que as fazem. Como porém, muitas obras as apontam a título de provas do absurdo da doutrina socialista; como as ouvimos correntemente repetir por numerosas pessoas, indicaremos a resposta que elas exigem.

Objeções relativas à necessidade de manter a direcção patronal:

Primeira objecção.—Se suprimem os patrões, quem dará trabalho ao operário?

Os que fazem esta objecção ignoram que sob o novo regime todas as indústrias serão dirigidas por Comissões sindicais, as quais substituirão os patrões e as sociedades anónimas actuais. Enquanto os operários não estão organizados não podem encaminhar a produção nem possuir o material social. Para trabalhar são, portanto, obrigados a esperar pela iniciativa patronal. E aqui provém a necessidade do patrão. Quando, porém, a classe operária haja constituído a sua organização sindical já não sucede o mesmo; tornar-se-á completamente inútil a personalidade do patrão.

Segunda objecção.—Os lucros dos patrões são indispensáveis, sem eles não poderiam dar trabalho, negariam os seus capitais.

Em regime sindical acabam os patrões; em cada indústria o material é possuído, renovado e conservado por uma comissão administrativa. Nestas circunstâncias não há a recar que os patrões recusem os seus capitais.

Terceira objecção.—Nem todas as empresas prosperam. Quem é que paga as perdas? os patrões com os seus capitais. Como se remediarão estas, sem os patrões?

Em regime sindical as perdas mais graves, as que procedem das falências e crises comerciais não podem produzir-se porque a unidade de empresa, realizando a correlação de andamento das indústrias entre si, assegura as extracções. Não é possível que subsista patrão e a propriedade privada para arrostar com essas perdas. Quanto às que derivam de sinistros acidentais, são mais bem remediadas pelos seguros federais do que pelas companhias capitalistas, que se aproveitam desses sinistros para roubar à colectividade enormes lucros e, quasi sempre, tentam não pagar o que asseguraram.

Objeções tendentes a provar a legitimidade e a necessidade da propriedade privada do solo, do material industrial e da moeda.

Primeira objecção.—Como hão-de as Comissões sindicais obter o material industrial, o dinheiro, o solo necessários à sua indústria? serão obrigadas a furtá-lo aos patrões e proprietários actuais.

O dinheiro que a classe patronal possui roubou-o aos trabalhadores, cobrando lucros sobre o fruto do trabalho destes; por conseguinte não lhes pertence. O material industrial, a ferramenta que detem a propriedade da colectividade que o pagou no preço de compra dos produtos; não lhes pertence, pois. O solo e os prédios que comprou pagou-os com dinheiro tirado aos trabalhadores; não são, portanto, seus. Os capitais, solo, dinheiro, casas, ferramenta que a classe patronal possui pertencem à classe operária.

Objeções tendentes a provar a legitimidade e a necessidade da propriedade privada do solo, do material industrial e da moeda.

Primeira objecção.—Como hão-de as Comissões sindicais obter o material industrial, o dinheiro, o solo necessários à sua indústria? serão obrigadas a furtá-lo aos patrões e proprietários actuais.

O dinheiro que a classe patronal possui roubou-o aos trabalhadores, cobrando lucros sobre o fruto do trabalho destes; por conseguinte não lhes pertence. O material industrial, a ferramenta que detem a propriedade da colectividade que o pagou no preço de compra dos produtos; não lhes pertence, pois. O solo e os prédios que comprou pagou-os com dinheiro tirado aos trabalhadores; não são, portanto, seus. Os capitais, solo, dinheiro, casas, ferramenta que a classe patronal possui pertencem à classe operária.

Quando, por consequência, os trabalhadores relemem o material social aos actuais proprietários, não o roubam, restituem-no à sociedade, sua verdadeira proprietária.

Segunda objecção.—Haverá capitais nas sociedades sindicais, portanto, continuará a haver capitalistas; é a mesma coisa.

Os capitalistas, os proprietários actuais são indivíduos que retiram um proveito dos seus capitais, quer alugando-os, quer servindo-se, deles na qualidade de patrões.

Quando as Comissões sindicais que detem a moeda, o solo, os edifícios, a ferramenta, em suma o material social, não podem vendê-lo, nem alugá-lo, nem tirar dele qualquer lucro. A situação é, pois, totalmente diferente; posto que haja capitais não há capitalistas.

Terceira objecção.—Se se não reembolsam os pequenos rendeiros que em número de cinco milhões possuem a maior parte dos títulos emitidos pelas sociedades anónimas, rouba-se-lhes o dinheiro.

Que é um título? Uma promessa de cobrar indefinidamente um juro ou um lucro sobre o fruto do trabalho dos operários em troca da moeda fornecida a uma sociedade anónima. Quando os operários vendem esses títulos não pedem consentimento aos interessados; que os operários por sua parte, não prometem indefinidamente uma parte do seu trabalho. Desta maneira os proprietários de títulos nada têm que reclamar a quem nada lhes prometeu. São vítimas das mentiras urdidas pelos capitalistas, tal qual o seriam se a empresa falisse. Os trabalhadores não podem, pois, ser considerados responsáveis pelas consequências de uma transacção económica que a ninguém cabe evitar. Além de que devemos observar que, se os detentores desses títulos os possuem há muito tempo, foram já reembolsados pelo pagamento dos juros ou dos dividendos da totalidade ou de uma parte do que forneceram.

Quarta objecção.—Se se toca na propriedade, destrói-se o crédito, suspende-se a produção.

Destruí-se o crédito, quer dizer que o público deixará de subscrever os títulos de sociedades anónimas, que ninguém querará já emprestar dinheiro. Em regime sindical, porém, acabaram-se as sociedades anónimas, os empréstimos de dinheiro e a economia da moeda tornaram-se inúteis visto que as Comissões federais e sindicais recebem a crédito o material de que necessitam e possuem o capital de dinheiro preciso para o prosseguimento da produção.

Objeções relativas à necessidade de manter a multiplicidade de empresas e de direcção.

A multiplicidade de empresas é uma for-

ma económica que é preciso manter por-

que apresenta as vantagens seguintes:

Barateza das mercadorias.

Aumento de consumo.

Progresso industrial.

E' fácil provar que estas pretendidas

vantagens se não realizam.

Barateza das mercadorias.—A multipli-

cidade de empresas e a concorrência im-

pedem os patrões de impor os preços que

desejariam, e assim provocam a barateza

das mercadorias.

Nas indústrias de consumo das cidades,

a multiplicidade de empresas e a concorrência

também estão longe de produzir as

vantagens que se supõe; são até dois fac-

tores que actuam em sentido contrário. A

concorrência tende a fazer baixar os pre-

ços, enquanto a multiplicidade de empre-

sas os eleva seguramente em fortes pro-

porções.

Nestas indústrias as casas similares são

em tão grande número que operam num

diminuto número de negócios e suportam,

à proporção das despesas gerais pesadíssimas,

isto as obriga a aumentar os preços, com-

pensando assim muito a baixa que a con-

corrência derivaria. Na grande indústria a

concorrência findou no monopólio, já não

existe. Os capitalistas suprimiram na por-

meio dos sindicatos de produtores e dos

trusts que, actualmente, lhes permitem im-

por os preços que querem.

Em compensação, se estas formas econó-

micas não dão as vantagens que se lhes atri-

buem, provocam perturbações das cidades,

falsificações, carência de trabalho, etc.

Quanto à suposição de que a unidade de

empresa e a supressão da concorrência

ocasionariam uma elevação dos preços, não

tem nenhum fundamento, visto que os sin-

dicatos efectuam a produção pelo preço do

custo.

O aumento do consumo.—A barateza das

mercadorias é de grande proveito para o

público porque lhe permite aumentar o

consumo.

Esta afirmativa é falsa: a baixa dos pre-

ços, em vez de aumentar o consumo do

público, diminui-o. É uma desvantagem

para os operários que trabalham na indús-

tria em que ela se produz e por consequên-

cia para todos os outros trabalhadores.

De facto, os patrões só realizam a baixa

dos preços numa dada indústria empen-

hando um ou muitos dos meios que seguem:

diminuição de salários, substituição do op-

erário pela máquina, ou deste pela mulher

e o menor, medidas que equivalem todas

às diminuições de salários. Recebendo es-

ses operários uma soma total menor devem

reduzir igualmente o seu consumo; a baixa

dos preços, portanto, constitui para eles

um grave inconveniente.

A barateza das mercadorias é também

prejudicial aos trabalhadores das outras in-

dústrias. De facto, os seus produtos são

menos procurados, recebem menor salário

e, por consequente, vêem-se por sua vez

forçados a reduzir proporcionalmente a sua

despesa. Por uma série de repercussões a

baixa de preços diminui, pois, de uma certa

quantidade o consumo total de um país.

A barateza dos preços é útil para os ren-

deiros e os empregados com ordenados fi-

xos, porque lhes facilita comprar. E tam-

bém vantagens para os patrões que são os

primeiros a realizá-la porque podem captar

a clientela em detrimento dos seus con-

correntes.

Em suma, a diminuição do custo de pro-

dução só é útil a uma reduzida minoria e

tende a agravar a miséria da maioria dos

O "grande" valor dos so- cial-democratas e suce- dâneos em face da po- bresa dos libertários

Por vezes, os principais plumaceiros da social-democracia saem a terreiro a deslumbrar-nos com as suas plumíferas grandezas partidárias no estrangeiro. Esmiuçadamente nos fazem marchar à vista os colossais efectivos das suas massas arregimentadas; com espalhamento nos cinematogramas e esplendor dos palácios das suas potentes organizações, e com delírio nos estonteados com as arcas de ouro das suas formidáveis caixas de resistência. Tudo o mais ninharías sem necessidade de discussão...

Assim, por exemplo, a Internacional de Amsterdã fulgura sobre todas as coisas: tem muita população—cotidiana, isto é: muitos contribuintes; tem muito pessoal burocrático a devorar os milhões que se transferem, da bolsa do proletariado arrebanhado, para os cofres reformistas sob o poderio dos chefes sindicais; tem muito dinheiro para satisfazer as suas necessidades de expediente protocolar e de representação capitalista; e, sobretudo, é altamente considerada nas elevadas esferas do Estado e nos altos conceitos dos governos, sendo chocantemente festejada quando solememente pisa as ricas alfombras das chancelarias internacionais aderentes à Sociedade das Nações.

A Internacional de Moscúvia, os plumistas social-democráticos concede-lhe apenas uma insignificante plumilha, visto que ela, a pesar de pertencer a um império "revolucionário" com mais de 130 milhões de habitantes obrigatoriamente "comunistas", só conta com 5 milhões de aderentes...

Quanto à de Berlim, como ela é considerada um cadáver com os seus 400 mil "microbios", que os socialistas lhe dão de partidários, nem sequer a deixam plumilpear: foram-se-lhes os pés e raparam a insignificante "plumagem" como se costuma rapar a barba a um morto para que ele entre afeitado na cova.

Não é para admirar que a "arquiteta" derivada do marxismo, o socialismo comunista de Moscúvia se embosasse na sua autoritária experiência do estado bolchevista.

Muito menos, pois, é para surpreender que o anarco-sindicalismo, pelos marxistas das duas vergentes "reduzido" a defuncto e enterrado em Berlim, capital da pátria do socialismo-democrático—nada possa fazer, visto que não tem: a amizade dos estados capitalistas; o exército fenomenal das camadas abúlicas do proletariado cotizante; os espalhamentos representativos parlamentares a "dominarem" os principais parlamentos da Europa; uma imprensa aburguesada que rende uma infinidade de contos de reis, como acontece com os grandes órgãos da opinião capitalista; uma grande rede de estabelecimentos comerciais, industriais e financeiros que arrancam fabulosos lucros à produção e ao consumo...

O que faz seismar é a preocupação inquietante, e o receio manifesto, que essa gente social-democrática de todos os países sente pela inutilidade numérica e pela pobreza de relações e de dinheiro que os tais 400.000 "microbios" berlineses representam em face da faustosidade do comúio e dos milhões dos reformistas...

Parece que não valia a pena que o opulento "gigante" social-democrático se aterrisse com a "formiga" anárquica de Berlim, tanto mais que ela está enfiada pelo fogo sagrado da "revolução" e do "colaboracionismo da Federação Internacional".

E' certo que os mortos, por uma questão de atavismo, ainda influem muitíssimo no pensamento dos vivos. Mas não seria melhor afastar para bem longe essas terríveis ideias de além-túmulo, e explicar o que têm feito o poderio, a riqueza, a experiência das organizações social-democráticas?

Os marxistas das Internacionais de Londres e de Amsterdã, isto é: os marxistas dos partidos e dos sindicatos social-reformistas, estão fortemente ilaqueados a todas as manifestações da actividade político-económico-social da sociedade. Estão infiltrados nas relações do Estado capitalista, por intermédio dos seus altos cargos de confiança e dos seus excelentes empregos dados em retribuição dos seus favores prestados à burguesia; da política mantenedora do actual estado social oligárquico, por intermédio dos seus ministros, dos seus parlamentares, dos seus vereadores; da exploração mercantilista da burguesia, pelo sistema compendioso das suas riquíssimas cooperativas...

Seria de esperar que, após tantos anos de influência accionista socialista em alguns países importantíssimos, se tivesse sensivelmente modificado o aspecto ético, político, económico e social do sistema actual das relações humanas, sob as suas múltiplas formas. Mas, afinal, statu-quo-ante.

E todavia, não tem sido por falta de massas—como os social-democráticos se blasonam. Na Alemanha, um outro país de organização operária exemplar que eles apresentam, os reformistas têm nas suas mãos a Allgemeine Deutscher Beamtenschaft, organização dos funcionários com 300.000 membros em 20 Uníões Nacionais, entre as quais a União dos Bombeiros, a União dos Empregados de Polícia de Turingia, a União dos Carcereiros, etc., etc.

Ora esses bombeiros, esses polícias e esses carcereiros amsterdânicos podiam, auxiliados com a Allgemeine Deutscher Gewerkschaftsbund e a Allgemeine Freier Angestelltenbund (Ala-Bund), as mais fortes organizações alemãs, segundo Sanbrian, contendo em 1920 as três organizações citadas mais de dez milhões de aderentes—podiam, diziamos, correr os capitalistas a machado e a mangueria, fazendo-os subir pela escada magra da Revolução que os fizesse precipitar na queda do seu predomínio; podiam correr-lhes a chancelaria, a caselle e a tiro; podiam substituir os revolucionários que se encontram presos nas cadeias do império, pelos recalcitrantes burgueses que se opusessem à boa marcha da transformação da sociedade.

Mas como a social-democracia lhe falta o poder revolucionário, embora tenha o poder do ouro e das massas anquilosadas, preferiu-se, com os sindicatos reformistas, formar-se "comunidades de trabalho com os capitalistas" que "cooperaram com a social-democracia no restabelecimento da ordem pública e pela conservação de todas as instituições do capitalismo e do Estado.

A situação económica e social na Argentina

Não deixa de ter interesse para os trabalhadores o conhecimento, ainda que rudimentar, da situação económica e social que a República Argentina atravessa na actualidade. Se bem que não constituam para aquele país a maior corrente emigratória, os trabalhadores portugueses emigram para lá, em grande número.

A República Argentina é um país largamente agrícola. Os seus processos de cultura são muito adelantados, empregando-se neles grande número de máquinas e alfaias industrializadas. Mas este desenvolvimento, sendo notável, varia conforme as regiões.

Contudo, não foram ainda extintas as características feudais da produção agrícola, ao lado da feição monopolizadora que ensaia o próximo estabelecimento da grande indústria.

Esta coexistência das diferentes formas de produção faz surgir diferentes condições de classes e ideologias. Na província, o regime feudal a que obrigam os camponeses, e também o monopólio da propriedade, atiram os lares proletários para a maior miséria.

Sob o ponto de vista mental, a Argentina é um país muito atrasado. Os alfabetos representam uma enorme percentagem. As raras leis sociais são nulaamente aplicadas e uma legislação de trabalho apenas existe nas promessas dos políticos.

E os políticos atendem com a mais dissipadora generosidade os interesses dos grandes proprietários, que constituem unicamente um terço da população agrícola.

Os conservadores procuram fundar a pequena propriedade, apregoando um socialismo adaptado aos seus interesses políticos, mas, no sul, o capitalismo vem obrigando a população a emigrar e tornando os campos imensas herdades para criação de gado.

O desenvolvimento do capitalismo precipita a organização das classes produtoras para a luta económica. Vão-se fundando grandes "trustes" (trigiríficos, açúcares, farinhas, electricidade, etc.), concentrando formidáveis riquezas em um número restrito de indivíduos que forma, assim, uma oligarquia financeira que se alia criminosamente às oligarquias imperialistas dos países estrangeiros, entre os quais predomina a América do Norte.

Até 1917, politicamente, dominavam os grandes proprietários feudais, sem que o seu poder fosse contestado. Mas, desde que, neste ano, se estabeleceu o sufrágio universal e o voto secreto, o poder feudal declinou e a influência política passou para os grupos financeiros, que vêm tornando a República Argentina um país semi-colonial das potências capitalistas.

O trabalho dura desde o nascer ao pôr do sol e é remunerado irrisoriamente. Os trabalhadores vivem promiscuamente em cabanas sem higiene e a polícia e os intendentes dos feudos infligem-lhes as maiores crueldades.

As mulheres, a prostituição e o alcoolismo alastram tragicamente. As mulheres e as crianças, no trabalho agrícola, são desumanamente exploradas, obrigadas a um trabalho exaustivo e parcamente retribuído. Aos camponeses proíbem-se que constituam as suas associações ou sindicatos, persegue-se quando reúnem, nega-se-lhes o direito à greve. Enfim, o mais moderno sistema de escravidão.

Nas grandes cidades existe uma injusta e enorme disparidade de salários e de situação, estabelecendo-se, assim, uma profunda divisão e fomentando-se um cruel egoísmo entre as classes produtoras. A imigração de operários europeus, que se faz em larga escala, vem agravar estas desgraçadas condições.

Incessantemente, o custo da vida se eleva e, embora se elevem também os salários, nunca atingem, sequer, de perto, a alta dos preços: são as rendas de casa absorvem geralmente um terço ou um quarto do salário médio.

Uma nota officiosa da Associação dos Trabalhadores do Tráfego do Porto de Lisboa

A direcção da Associação dos Trabalhadores do Tráfego do Porto de Lisboa, e tendo apreciado algumas referências censuráveis para esta classe feitas pelo comandante Figueiredo, representante da Companhia Nacional de Navegação, vem esclarecer a referida entidade da não razão das suas palavras, porquanto se aquele senhor tem verificado demora na suspensão das lingadas, desse facto não são os trabalhadores do tráfego os causadores, pelas seguintes razões:

1.ª A falta de material para transporte de carga; 2.ª Manobras feitas, que dão muitas vezes origem a que as lingadas se tenham de suspender; 3.ª A demora obrigatória na conferência de marcas.

Para terminar diremos mais o seguinte: E' certo que poderá existir nesta classe—como de resto existe em qualquer outra—um reduzido número de componentes, cuja linha de conduta muito deve a desejar; mas quando esse facto é conhecido pelos corpos gerentes ou delegados desta associação, a mesma faz uso do regulamento em vigor que põe termo a todos os abusos cometidos, seja por quem for, que desta classe faça parte, no local e nas horas de serviço.

MUTUALISMO E COOPERATIVISMO

A. S. M. Humanitária dos Operários Lisboenses.—Reúniu a assembleia geral, elegendo os corpos gerentes para o ano de 1926.

Cooperativa do Pessoal do Município de Lisboa.—A assembleia geral que reuniu no dia 27 do corrente elegue os corpos gerentes para o futuro ano.

—assassinando espartaquistas, anarquistas, socialistas revolucionários...
E como não devia ser assim, se, antes, os milhões aterrorizados nas caixas sindicais foram parar às mãos do governo, para que pudessem cobrir mais facilmente seus créditos militares? que deviam fomentar a grande guerra?

Oh! a social-democracia! Esquece-se da sua falência, para se estrear ante os 400.000 "microbios" de Berlim... Que podria essa gigante...

C. V. S.

Vida Sindical

COMUNICAÇÕES

Carpinteiros de branco do Arsenal de Marinha.—Reúniu a assembleia geral, elegendo os corpos gerentes para o ano de 1926.

Funcionários do Município.—Reúniu esta classe para eleição de corpos gerentes e nomeação da comissão de melhoramentos, sob a presidência de João José Ferreira secretariado por Anastácio da Costa e Adelino Marques.

Para os corpos gerentes foram eleitos os seguintes funcionários: Assembleia geral, Constância de Oliveira, presidente; Jacinto dos R. Betencourt, vice-presidente; José Fernandes, 1.º secretário; Joaquim da Costa Cabral, 2.º secretário; Raúl das Neves Ferreira, suplente; José de Almeida Dias, suplente e José dos Santos Fialho, suplente.

Direcção. José Alexandre Soares, presidente; João José Ferreira, vice-presidente; Júlio Valente Banca, 1.º secretário; Rodrigo Joaquim Calçada, 2.º secretário; António M. de Castro Rodrigues, tesoureiro; Pedro Pires, vogal; António Teixeira, idem; José da R. Nunes Ribeiro e António Pereira Gomes, suplentes.

Conselho fiscal. Arnaldo Pereira, António Duarte de Sá e Hermógenes Sadoc Rodrigues.

Comissão de melhoramentos. Eduardo Simões, Chabi Henriques, Artur G. da Costa, António P. Malta, Guilherme Barreiros, Alberto Dias Pombal, Sadoc Rodrigues, Carlos J. Madeira e Francisco Costa.

Sindicato Único da Construção Civil.—Reúniu o Conselho Administrativo que se occupou de vários assuntos referentes à crise de trabalho, e resolveu que as cadernetas sindicais para o corrente ano de 1927 sejam fornecidas aos sócios a \$75 centavos.

Federação Ferroviária.—Toda a correspondência enviada a esta Federação deve ser dirigida para Largo de S. Domingos, 11, J. 2.º

CONVOCAÇÕES

REÚNEM-SE HOJE:

Contramestres marinheiros e Moços.—Reúne amanhã, pelas 18 horas, a comissão administrativa com os camaradas nomeados para os corpos gerentes para o ano de 1926.

Manufactureiros de Calçado.—Reúne amanhã, pelas 21 horas, a direcção cessante e conjuntamente a nova direcção a fim de lhe ser dada a posse.

DIAS PRÓXIMOS:

S. U. Mobiliário.—Reúne amanhã às 20.30 horas a assembleia geral com a seguinte ordem de trabalhos: 1.º Apreciar a lista dos futuros corpos gerentes e proceder à sua eleição; 2.º Apreciação de relatórios; 3.º Resolver sobre o 6.º aniversário do sindicato; 4.º Assuntos diversos de grande importância.

Federação Corticeira.—Reúne no próximo domingo, pelas 13 horas precisas, para assunto importante. A comparença de todos os delegados é indispensável. A reunião realiza-se na sede da Federação, rua Manuel Ferverio, 5, 1.º—Muteia.

SINDICATOS DA PROVINCIA

S. U. da Construção Civil de Monchique.—Sob a presidência de Alexandre Francisco Matias, reuniu a assembleia geral deste sindicato no passado dia 20, aprovando as contas do 3.º trimestre de 1925. Em seguida foram eleitos para os novos corpos gerentes os seguintes camaradas: Assembleia geral: secretários, Joaquim Guerreiro e Joaquim Diogo; suplentes, António da Silva Inácio e José André Rodrigues. Comissão administrativa: secretário geral, Afonso Leal; adjunto, Joaquim V. Correia; administrativo, Avelino dos Reis Valério; tesoureiro, José Joaquim Ferreira; arquivista, José Joaquim Fernandes; vogais, Alexandre Francisco Matias e Joaquim David. Delegado ao conselho federal, Alves de Sá.

Contração Civil de Tires e arredores.—Reúne amanhã, pelas 20 horas, a assembleia geral, para apresentação do relatório da caixa de auxilio na doença e nomeação de corpos gerentes para 1926.

Corticeiros de Aldegaleta.—Reúniu a assembleia magna, nomeando os seguintes camaradas para os corpos gerentes de 1926: secretário geral, Mário dos Santos; tesoureiro, Joaquim Leonardo; secretário administrativo, António dos Santos; vogais, José Gago e Bento Augusto.

Rurais de Vila Boim.—Reúniu a assembleia geral para nomear os corpos gerentes para 1926, recaído a escolha nos seguintes camaradas:

Para a direcção: secretário geral, Raimundo J. Besugo; secretário administrativo, Manuel A. dos Santos; tesoureiro, João A. Cristo; arquivista, Manuel J. Rosado; vogais, Domingos Bengo e Manuel Marques. Assembleia geral: 1.º secretário, Manuel J. Rosado e 2.º secretário, João A. Bencatel. Comissão revisora de contas: Francisco Roberto, Domingos Sá e António J. das Neves. Conselho técnico: António Sabino, Domingos Duque e José Gano. Junta sindical: António Lapa Santos, Domingos Duque e Manuel J. dos Santos. Comissão de propaganda: Januário S. Boiello, Manuel J. Rosado e Manuel A. dos Santos.

JUVENITUDES SINDICALISTAS

Núcleo de Lisboa.—Cursos: Instrução Geral Elementar, Português e Francês. —Devem ter o seu início na segunda semana do corrente mês, os cursos de Instrução Geral Elementar, Português e Francês, criados no Núcleo da Juventude Sindicalista de Lisboa por iniciativa do Secretariado Central.

Nestes cursos, onde podem matricular-se sócios efectivos e auxiliares deste Núcleo, encontram-se já matriculados grande número de alunos, que aguardam ansiosos o seu início.

A matrícula para estes cursos encerra-se há imprimeiramente após a realização das duas primeiras aulas de qualquer natureza, devendo portanto todos os sócios efectivos ou auxiliares que neles se queiram matricular, fazê-lo com a maior brevidade.

Aulas de Educação Mútua.—Encontra-se aberta na sede de todas as secções do Núcleo da Juventude Sindicalista de Lisboa a inscrição para as Aulas de Educação Mútua que devem ter o seu início na primeira quinzena deste mês. Todos os sócios efectivos ou auxiliares que queiram inscrever-se nestas aulas devem fazê-lo com brevidade,

"RENOVAÇÃO"

E' hoje posto à venda mais um número da